

# POR QUE FALAR SOBRE GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO?

WHY TALK ABOUT GEOGRAPHY OF EDUCATION?

## MARCUS VINICIUS GOMES

*Licenciado, Bacharel, Mestre e Doutorando em Geografia (UFRJ)*

*Professor do Colégio Pedro II (Campus São Cristóvão III)*

marcusvinicius\_gomes@yahoo.com.br

## ENIO SERRA

*Licenciado em Geografia (UERJ), Mestre e Doutor em Educação (UFF)*

*Professor da Faculdade de Educação da UFRJ*

enio.serra@gmail.com

**RESUMO:** TRABALHOS CIENTÍFICOS QUE DESENVOLVEM ANÁLISES GEOGRÁFICAS SOBRE FENÔMENOS EDUCACIONAIS, EMBORA PRESENTES E EM ASCENSÃO NO BRASIL, SE ENCONTRAM DISPERSOS E COM POUCA VISIBILIDADE NO CENÁRIO ACADÊMICO TANTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA QUANTO DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. ISSO SE DEVE, EM GRANDE PARTE, À CONSIDERÁVEL DIFICULDADE EM SE ENCONTRAR PUBLICAÇÕES QUE SISTEMATIZEM OS RESULTADOS DE PESQUISAS E ESTUDOS QUE PODEM SER IDENTIFICADOS COMO PERTENCENTES AO CAMPO CIENTÍFICO CONHECIDO COMO GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO. BASTANTE CONSOLIDADA EM OUTRAS REGIÕES DO GLOBO, PRINCIPALMENTE EM PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA, A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO VEM MOSTRANDO GRANDE POTENCIAL PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS, A VER PELAS PRODUÇÕES APRESENTADAS EM ALGUNS EVENTOS ACADÊMICOS NOS ÚLTIMOS ANOS. NO ENTANTO, EM FUNÇÃO DO POUCO RECONHECIMENTO DO CAMPO, AINDA SE TEM DIFICULDADE EM IDENTIFICAR TRABALHOS QUE PODERIAM DIALOGAR MAIS EM TERMOS DE OBJETO DE PESQUISA, REFERENCIAIS TEÓRICOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS. NESSE SENTIDO, O PRESENTE ARTIGO INDAGA SOBRE A NECESSIDADE DE SE FALAR SOBRE A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO ENTRE NÓS E TRAZ COMO PRINCIPAL OBJETIVO UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS ORIGENS E DE SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ATRAVÉS DE REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ANGLÓFONA SOBRE O CAMPO. AO COMPREENDER MELHOR A FORMAÇÃO DO CAMPO E TOMÁ-LO COMO ÁREA DE INTERFACE E DIÁLOGO ENTRE A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO, O TEXTO CONCLUI COM NOVAS INDAGAÇÕES QUE PODEM CONTRIBUIR TANTO PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DO QUE VEM SENDO PRODUZINDO NO BRASIL QUANTO PARA A INSTITUIÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISAS QUE TENHA NA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO SUA PRINCIPAL REFERÊNCIA.

**PALAVRAS-CHAVE:** GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO; ANÁLISE GEOGRÁFICA; CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO; PESQUISA CIENTÍFICA.

**ABSTRACT:** SCIENTIFIC WORKS THAT DEVELOP GEOGRAPHICAL ANALYSES ABOUT EDUCATIONAL PHENOMENA, ALTHOUGH PRESENT AND ON THE RISE IN BRAZIL, ARE FOUND DISPERSED AND WITH LITTLE VISIBILITY IN THE ACADEMIC SETTINGS OF BOTH GEOGRAPHICAL SCIENCE AND EDUCATIONAL SCIENCES. THIS IS LARGELY DUE TO THE CONSIDERABLE DIFFICULTIES IN FINDING PUBLICATIONS THAT SYSTEMATIZE THE RESULTS OF RESEARCHES AND STUDIES THAT CAN BE IDENTIFIED AS BELONGING TO THE SCIENTIFIC FIELD KNOWN AS GEOGRAPHY OF EDUCATION. QUITE CONSOLIDATED IN OTHER REGIONS OF THE GLOBE, MAINLY IN ENGLISH-SPEAKING COUNTRIES, GEOGRAPHY OF EDUCATION HAS BEEN SHOWING GREAT POTENTIAL FOR A BETTER UNDERSTANDING OF BRAZILIAN EDUCATION IN ITS MULTIPLE ASPECTS, AS SEEN BY PRODUCTIONS PRESENTED IN SOME ACADEMIC EVENTS IN LAST YEARS. NEVERTHELESS, DUE TO THE LITTLE ACKNOWLEDGMENT OF THE FIELD, IT IS STILL DIFFICULT TO IDENTIFY WORKS THAT COULD DIALOGUE FURTHER IN TERMS OF RESEARCH OBJECT, THEORETICAL REFERENCES AND METHODOLOGICAL ISSUES. IN THESE TERMS, THE PRESENT ARTICLE INQUIRES THE NEED TO TALK ABOUT GEOGRAPHY OF EDUCATION AMONG US AND BRINGS AS ITS MAIN GOAL A SHORT ANALYSIS OF ITS ORIGINS AND MAIN FEATURES THROUGH LITERATURE REVIEW OF ANGLOPHONE PRODUCTION ABOUT THE FIELD. BY BETTER UNDERSTANDING THE FORMATION OF THE FIELD AND TAKING IT AS AN INTERFACE AND DIALOGUE AREA BETWEEN GEOGRAPHY AND EDUCATION, THE TEXT FINISHES WITH NEW INQUIRES THAT CAN CONTRIBUTE NOT ONLY FOR A BETTER UNDERSTANDING OF WHAT IS BEING PRODUCED IN BRAZIL BUT ALSO FOR THE SETTING UP OF A RESEARCH AGENDA THAT HAS GEOGRAPHY OF EDUCATION AS ITS MAIN REFERENCE.

**KEYWORDS:** GEOGRAPHY OF EDUCATION; GEOGRAPHICAL ANALYSES; EDUCATIONAL SCIENCES; SCIENTIFIC RESEARCH.

## INTRODUÇÃO

O conjunto de reflexões que se pretende expor neste artigo subentende que a Geografia da Educação (GdE) pode ser considerada como um campo<sup>1</sup> de pesquisas e estudos em ascensão no Brasil. Embora comumente relacionadas à Geografia, uma disciplina acostumada a concentrar o seu debate educacional em torno de reflexões sobre o ensino da Geografia Escolar, as temáticas que lhe caracterizam possuem natureza interdisciplinar, já que os aportes das ciências que investigam o fenômeno educacional são necessários para o desenvolvimento de seus objetos de estudo. Campo de fronteira e de interfaces, portanto, a GdE precisa ser melhor compreendida justamente naquilo que ela tem de potente para o estabelecimento de outros olhares sobre as áreas de conhecimento que a compõem.

Em função disso, e à maneira de introduzir o tema, fazemos das próximas páginas algumas possíveis respostas ao questionamento do título, priorizando a análise das origens do campo, suas principais características e um breve levantamento de alguns trabalhos e obras produzidos principalmente em língua inglesa que, sob nosso ponto de vista, ajudam a evidenciar as possibilidades de diálogo da Geografia com a análise do fenômeno educacional. Dessa forma, esperamos compreender melhor a formação da GdE, sua inserção como um campo epistêmico relativamente novo na pesquisa científica brasileira e chamar a atenção para a maneira com que estudos e pesquisas que se encontram em suas fronteiras podem contribuir tanto para o desenvolvimento da ciência geográfica quanto para as ciências da educação.

### A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO E SUAS ORIGENS

Apesar da dificuldade quanto à definição de um marco temporal preciso, é possível dizer que desde as décadas de 1970 e 1980 verificam-se alguns dos primeiros trabalhos do tipo, que se avizinhavam pelo lugar em que foram desenvolvidos (Grã-Bretanha) e pela

consideração sobre o papel do espaço urbano no entendimento de certas dinâmicas educacionais. Em boa medida, não eram pesquisas feitas propriamente por geógrafos, mas trabalhos sociológicos em educação, o que indica que antes mesmo de constituir-se enquanto uma área associada à Geografia, o que se compreende hoje por GdE surgiu enquanto um componente da *virada espacial* nas ciências sociais, momento em que o “fator geográfico” ganhou relevo no debate educacional (BROCK, 2016; WATERS, 2017).

Paralelamente - e de forma um pouco tímida - percebe-se já nos anos 1980 algumas primeiras pesquisas feitas, de fato, por geógrafos. Ainda eram trabalhos que não fugiam do “tripé” cidade-escola-entorno, mas que, de uma forma ou de outra, demarcaram o início de um momento que se prolonga até hoje: o estabelecimento de um novo campo. Mas ainda assim, o mais correto a se dizer é que somente a partir os anos 1990 que se avolumaram os trabalhos em GdE, movimento que cresceu de forma ininterrupta até os dias atuais. A propósito, foi somente a partir da virada do século que tal área “descolou-se” dos sociólogos, e passou a ser desenvolvida especialmente por geógrafos que entenderam que uma série de pesquisas então vinculadas à *Geografia da Infância* e à *Geografia da Juventude*, por exemplo, poderiam ser também classificadas enquanto tal - a depender do tema, obviamente. Nesse momento, aliás, foram também recorrentes as referências que atribuíam à GdE um lugar correspondente na “família” dos demais campos associados à Educação. Falamos de menções que a colocavam em uma mesma “prateleira” de importância junto à *Sociologia da Educação*, à *Antropologia da Educação*, à *História da Educação* etc. (BROCK, 1992, 2016; BUTLER e HAMNETT, 2017; GULSON, 2007; TAYLOR, 2011; WATERS, 2017).

Pelas referências mencionadas até aqui, deve parecer que nos referimos a um campo que possui uma bibliografia preponderantemente anglófona; e isto, a rigor, não representa uma inverdade. Mas sinalizamos que também há na hispanofonia e na lusofonia (mais notavelmente

no Brasil) um número de trabalhos capaz de atestar que a dimensão espacial da educação nos tem sido um recorrente objeto de preocupação, especialmente nos últimos dez anos. A consideração a ser feita é que, apesar dessa crescente, raros foram os geógrafos latinos que nomearam o campo enquanto tal. Um exemplo é a quantidade razoável de pesquisas apresentadas em sessões de eventos acadêmicos bem pouco alinhadas ao que poderíamos classificar como GdE. Esse dado reflete o seu status periférico, ao menos frente à comunidade acadêmica na qual ele se filia.

Aliás, é também sintomática a ausência (em qualquer língua) de periódicos especializados, ou mesmo de redes de pesquisa/pesquisadores em GdE. Johanna Waters (2017) explica que nos países anglo-saxônicos, a maior parte dos trabalhos do tipo são publicados ou em revistas sobre a Geografia da Infância (tal como a *Children's Geographies*), ou em divulgações mais gerais, que abarcam diversas tendências e linhas geográficas: *Geoforum*, *Global Networks*, *Progress in Human Geography*, *Social & Cultural Geography*, *Population, Space and Place* etc. No Brasil, esta mesma “tendência de ausência” se mantém, e bem recentes são os eventos e compilados inteiramente dedicados ao tema.

Sobre textos e obras que marcaram os diferentes momentos de desenvolvimento da GdE dentre alguns precursores do campo, gostaríamos de destacar três trabalhos publicados em períodos razoavelmente distantes uns dos outros. As suas escolhas se justificam pelo ineditismo no tempo em que eles foram lançados, e/ou pelo papel assertivo que alguns deles assumiram, notadamente quando da defesa do campo que, então, emergia.

O primeiro se trata do livro “*Education and Society: Studies in the Politics, Sociology and Geography of Education*” (BONDI e MATTHEWS, 1988), que se não é estritamente geográfico, aborda com rigor “espacial” certos temas educacionais que se associam ao fenômeno da dispersão. Organizado por Bondi e Matthews

(1988), o mais “denso” debate geográfico da publicação encontra-se no cerne de textos que tratam das implicações políticas da escolarização de jovens na periferia inglesa dos anos 1980. A reorganização espacial da rede escolar e os seus impactos sobre as decisões familiares, é, por exemplo, um tema trabalhado em um livro que deixa explícita uma lente ainda mais “especializada” do que as demais publicações sociológicas da época. Aliás, por tal novidade, esse conjunto de ensaios deu tom ao debate geográfico educacional da década subsequente (WATERS, 2017) - e essa é, possivelmente, a “segunda” maior virtude do compilado, já que a “primeira” certamente está marcada em seu próprio título: a menção ao termo Geografia da Educação, uma novidade naquele momento.

Segundamente podemos citar a tese de doutorado de Colin Brock. Defendida em 1992, “*The case of education*” (BROCK, 1992) demarca o primeiro trabalho de maior vulto entre os geógrafos que se propunham a destacar a dimensão espacial da experiência educacional. Aqui, o britânico defendeu a ideia de que já havia (no início dos anos 1990) escopo intelectual suficiente para afirmar a existência de uma GdE. Reunir os elementos, agregando-os para dar face ao que era um campo, ainda que muito jovem, foi, então, o seu intento. Como o próprio autor assumiu à época, este trabalho não se baseou em uma pesquisa empírica, tampouco em uma pesquisa documental, tratou-se, a rigor, de um trabalho aplicado ao exame de comparação entre as duas disciplinas. A abordagem construída por Brock foi ampla e a “busca” pela dimensão espacial em temas educacionais foi marcada pelo uso de categorias geográficas elementares: difusão, migração, diferenciação espacial etc. As suas conclusões atestaram que a história educacional possuía, sim, um componente geográfico, embora não exclusivo. Na leitura de Brock (1992), o campo então nascente se aproximava daquilo que os sociólogos da educação compreendiam como uma “geografia” (BLONDI e MATTHEWS, 1988), mas poderia e deveria ser mais abrangente, já que era em

meio à interpretação escalar dos fenômenos que habitava uma das maiores contribuições geográficas ao debate educacional. Com isso, é possível concluir que foi o autor britânico aquele que, talvez, tenha primeiro se preocupado com definições mais sistematizadas da GdE.

É necessário dizer, no entanto, que as suas contribuições não se circunscreveram à tese. A rigor, o método comparado foi-lhe objeto de trabalho em toda a sua trajetória enquanto pesquisador. Aplicado a realidades educacionais bastante distintas, o britânico produziu pesquisas em que contrastava e diagnosticava os diferentes modelos educacionais de países diversos, inclusive o Brasil<sup>2</sup>. É importante também dizer que o “tradicionalismo” de sua abordagem não o limitou a repetições das mesmas interpretações de sua pesquisa de doutorado. Um exemplo é que foi somente em 2016 que Colin Brock publicou o seu livro mais conhecido, *“Geography of Education: space and location in the study of education”*. Nele, o britânico atualizou o debate iniciado em 1992, oferecendo um arrazoado mais profundo e sistematizado sobre um campo que já havia, então, amadurecido. Em cerca de 200 páginas, o autor expôs uma série grande de abordagens que foram desenvolvidas ao longo de décadas e arriscou-se também a projetar algumas possíveis “novas fronteiras” temáticas<sup>3</sup> ao mesmo campo de estudos que o próprio ajudou a divulgar.

O terceiro trabalho é um tanto mais recente que os demais expostos. Trata-se do artigo *“Towards a Geography of Education”*, de Chris Taylor (2011), que possui uma série de qualidades que justifica a sua menção dentre outros escritos mais destacados. Dentre essas qualidades elencamos três. Primeiramente, o contexto bibliográfico em que o texto foi publicado, a coleção de ensaios intitulada *“The Disciplines of Education: Their Role in the Future of Education Research”* (LAWN e FURLONG, 2011) e escrita por autores de disciplinas diversas que se associam pela mesma vinculação ao campo educacional. Ou seja, a importância em uma publicação do tipo indica um reconhecimento da GdE enquanto uma disciplina-educacional-irmã e também expressa

uma resposta bastante convincente àqueles mais céticos sobre a importância do campo para além de suas fronteiras disciplinares.

Em segundo lugar, o artigo em si tem a qualidade de ressaltar e sistematizar uma tendência crescente de trabalhos geográficos sobre questões educacionais. Quer dizer, ainda que o texto considere o impacto de uma “virada espacial” na educação, ele também ressalta o interesse paralelo dos geógrafos, a ponto de perceber o desenvolvimento cada vez maior de um campo com raízes e identidade geográficas. Trata-se, então, de um texto em defesa de uma GdE: e isso está claro no próprio título do artigo.

Por fim, Taylor sugere uma agenda de pesquisa. Segundo o britânico, com base nas publicações existentes e em vista dos fenômenos que emergiam na primeira década do século, os geógrafos da educação poderiam considerar a existência de, ao menos, quatro níveis escalares para pesquisas em GdE: (a) *uma geografia dos locais de aprendizagem*, que diz respeito a temas como a “geografia da sala de aula”, a “geografia da escola”, a “geografia das crianças e os seus espaços” e a “geografia da acessibilidade e inclusão na escola”; (b) *comunidade de alunos / bairro*, o que inclui desde pesquisas que podem tratar do papel educativo do bairro, por exemplo, a outras que retomam a tradição sociológica da relação escola-entorno; (c) *região local*, na qual os trabalhos que operam sob essa lógica atentam-se, especialmente, ao papel dos governos locais na oferta educacional e suas diferenciações segundo o espaço; (d) *internacional*, nível escalar em que a abordagem geográfica comparada, tal como aquela desenvolvida por Colin Brock, atenderia pelas suas principais preocupações.

Além dessas obras destacadas, alguns campos de pesquisa já consolidados também têm apresentado importante relevância para a GdE. E se há algum tema com um número expressivo de pesquisas em diferentes línguas, redes acadêmicas próprias, periódicos próprios e um volume de publicações que garante maior visibilidade e estabilidade ao campo, este deve atender pelo nome de Geografia(s) da Infância(s)<sup>4</sup>.

Certamente, o que é visto como um tema para alguns, como é o caso dos próprios geógrafos da educação, corresponde a um campo autônomo para outros. Mas, de toda forma, o que sugerimos é que aquele conjunto grande de textos que trata sobre a espacialidade dos sujeitos escolares deve possuir ligações com o mesmo campo que estamos aqui lançando luz – e isso explica a vinculação de muitos trabalhos da Geografia da Infância à GdE.

Não queremos aqui fazer qualquer separação sem critério, ou mesmo uma classificação forçosa. Por certo, o que gostaríamos de reforçar é que a crescente de trabalhos em GdE tem origens diversas, tal qual diverso é o campo em questão. A propósito, não somos nós que afirmamos isso: a rigor, o debate sobre o desenvolvimento da área tem incluído cada vez mais os geógrafos dedicados a estudar as questões da educação na infância. Tom Disney (2018), em um fascículo da *Oxford Bibliographies*, explica que o interesse dos geógrafos sobre o tema é paralelo ao momento em que as crianças passaram a ser reconhecidas enquanto agentes singulares, fato que, inclusive, justificou a criação de uma agenda própria de pesquisas nas ciências sociais<sup>5</sup>.

Foi notando que a construção social da infância era inerentemente “geográfica”, não só do ponto de vista cognitivo-espacial, mas também pela preponderância dos espaços no desenvolvimento infantil, que os geógrafos passaram a construir investigações diversas sobre as significações da espacialidade para as crianças<sup>6</sup>. Os textos sobre os espaços educativos infantis ora versam sobre as suas relações com o mundo adulto, ora discorrem sobre as espacialidades produzidas pelas próprias crianças. Essa distinção, aliás, resulta em uma diferenciação: para alguns autores, há, de um lado, as “geografias da infância”, e de outro, as “geografias das crianças” (BARROS, BERBAT e SILVA, 2015; CARVALHO, 2016; COSTA, 2010; DISNEY, 2018; LOPES e VASCONCELOS, 2006; LOPES e FICHTNER, 2017). Falamos,

portanto, de um tema que é bastante relevante ao desenvolvimento da GdE, tanto do ponto de vista institucional, em vistas das redes já existentes, quanto de seu amadurecimento, dada a densidade e diversidade dos trabalhos até aqui existentes.

Sobre as origens da GdE na produção científica brasileira, indagamos se, para além da Geografia da Infância, que, como visto, apresenta considerável produção em nosso país, haveria e já poderíamos falar de uma Geografia da Educação brasileira. Data de 2011 o primeiro trabalho brasileiro a mencionar o termo em seu título (HATO, 2011). É verdade que a menção não fazia referência a um campo, mas sim à dispersão de equipamentos educacionais por diferentes áreas do Brasil. Por isso, não podemos atribuir a ele qualquer ineditismo. A sua lembrança, no entanto, mais tem relação com o que ele reflete: a crescente no número de pesquisas do tipo na década de 2010, que é algo que indica não apenas a existência, mas igualmente a emergência e a solidificação de uma GdE brasileira.

Nos últimos dez anos foram bem variados os textos em GdE publicados no país. Tão longe de se aterem somente aos fenômenos que envolvem o ensino e a aprendizagem, os temas mais trabalhados versam sobre as implicações políticas associadas à organização espacial das redes públicas de ensino, a relação escola-território-cidade, além de pesquisas sobre os lugares e redes onde se realizam os projetos de educação não formal. Os padrões identificados sinalizam a predileção por dois temas mais gerais: de um lado, os estudos sobre a espacialidade das políticas educacionais (SERRA et al., 2017; GIROTTO, 2016, 2018), e de outro as pesquisas que abordam maneiras distintas de se examinar o espaço escolar (MARQUES, 2007; GOMES, 2013; ROSA, 2014; PANUTTO e STRAFORINI, 2014; SILVA, 2016). Algumas pesquisas, de fato precursoras, tiveram também papel importante no delineamento de algumas dessas temáticas, pois lançaram luz a questões que até então passavam despercebidas aos olhos dos geógrafos brasileiros.

## ALGUMAS TENDÊNCIAS DA GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO ANGLÓFONA

Com o objetivo de melhor compreender as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas tendo como foco a conexão entre a análise geográfica e o campo educacional, realizamos um levantamento bibliográfico em que conseguimos, ao menos na língua inglesa, localizar algumas tendências. Tal produção foi privilegiada em função de sua forte presença nos marcos históricos da GdE, como pode ser percebido na seção anterior. Assim, se verá aqui a sistematização das principais produções bibliográficas de autores anglófonos correspondentes ao campo, situadas tanto pelo momento em que foram publicadas quanto pelas origens de cada um dos padrões verificados.

Notadamente inspirados no texto de Johanna Waters (2018), mas também em vista do levantamento feito, consideramos a existência de quatro tendências gerais em meio às publicações em língua inglesa. Entretanto, é notório que a internacionalização da língua e o consequente volume de publicações estrangeiras de origens bem variadas, o que inclui desde geógrafos asiáticos a norte-americanos e europeus de algumas diferentes nacionalidades, traduzem-se em uma diversidade de textos que torna mais difícil e bem menos criteriosa uma avaliação desse tipo. Mas, de toda maneira, dado o padrão de concentração de produções acadêmicas, é possível notar que dentre as temáticas mais corriqueiras, muitas se associam à própria realidade educacional britânica.

A primeira tendência diz respeito a lugares e espaços da educação e é formada por trabalhos que atentam a aspectos muito abrangentes a respeito dos espaços construídos para a educação. Isto inclui desde alguns estudos sobre o entorno escolar, a algumas análises sobre o papel dos espaços na sociabilidade dos estudantes e a uma série de estudos dedicados a apontar os espaços educativos “alternativos”, alguma coisa que se refere aos espaços de aprendizagem informal, não formal ou “não convencional”. Sobre o último ponto, aliás, Waters (2018) lembra de, ao menos,

dois estudos subjacentes: um, de Kraftl (2013), que trata da emergência da homeschooling no Reino Unido, e o outro que questiona a maneira como podem ser criados o que Phillips (2014) chamou de “espaços para curiosidade”.

Já entre os demais artigos apresentados por Waters (2018), apenas Kraftl (2006) trata exclusivamente da organização espacial dos espaços educativos ao analisar a íntima associação entre “arte” e “natureza” na construção do espaço e de seu resultante tipo de aprendizado em uma escola Waldorf. Mas se nos dirigirmos a outras publicações não mencionadas por Waters, lembramos de uma que é, possivelmente, a maior contribuição para essa tendência. Trata-se de um artigo escrito em inglês, porém produzido por pesquisadores alemães, que, ainda que não sejam geógrafos de formação, formularam um consistente exame em torno da ideia de espacialidade de Edward Soja. O artigo em questão tem por objetivo analisar a relação entre o arranjo espacial de algumas salas de aula e os seus efeitos pedagógicos. Por meio de alguns exemplos, os autores demonstraram que o limite imposto pela materialidade do espaço restringe certas ações pedagógicas, o que significa que as circunstâncias morfológicas do arranjo espacial das salas de aula afetam as possibilidades de implementação de diferentes concepções de aprendizado (RIBLER, BOSSEN e BLASSE, 2014).

Em outra mão, há na GdE anglófona alguma repetição de estudos interessados não somente nas questões da espacialidade da escola, mas também nos aspectos espaciais das universidades (BROOKS, BYFORD e SELA, 2015; HOLTON, 2016; HOPKINS, 2011). Por fim, o temário sobre o entorno escolar enquanto uma variável geográfica que incide diretamente sobre a escola é algo observável em uma série grande de artigos. E mesmo que esse tipo de pesquisa tenha raízes nos primeiros estudos sociológicos mais sensíveis à questão espacial, eles também têm lugar nos estudos geográficos bretões.

Essa diversidade permite-nos concluir que, assim como qualquer tendência, é bem extensa a possibilidade analítica de um campo

ainda em construção. No entanto, são diferentes não só no tempo, mas também no espaço as preocupações que levam à construção dessas pesquisas. Se o temário sobre os “lugares e espaços da educação” revela-se uma tendência em trabalhos em língua inglesa, também o são em língua espanhola e portuguesa, porém, com diferenciações nem tão sutis assim.

Como segunda tendência dos trabalhos em GdE em língua inglesa, identificamos a relação entre educação e cidade. Ainda que haja uma certa predileção ao urbano nos trabalhos em GdE, que quase sempre se inclinam a examinar experiências relativas ao contexto citadino, algumas pesquisas vão além, tomando a cidade como uma parte integrante das análises. Assim, os estudos correspondentes à tendência “educação e cidade” parecem confluir em dois questionamentos mais gerais: (i) o impacto dos processos educacionais sobre a paisagem das cidades; (ii) o papel da paisagem urbana na formulação dos processos educacionais. As pesquisas em questão, tal como as de qualquer tendência, são variadas. Há, por exemplo, um interessante trabalho de Smith e Hubbard (2015; 2008) sobre os efeitos da “estudentificação”, alguma coisa que corresponderia a um padrão de ocupação de bairros por acomodações estudantis. Outras tratam de experiências ainda mais específicas, como os estudos sobre a criação dos chamados centros de conhecimento por meio do desenvolvimento da educação transnacional (TNE) (COLLINS, 2014; OLDS, 2007).

Acrescentamos também algumas pesquisas que destacam o papel educador das cidades, o que deve incluir o trabalho de McFarlane (2011), que insinua haver na paisagem urbana um potencial educador semelhante ao que James Duncan quis evocar com a sua clássica abordagem sobre a leitura textual das cidades. De alguma maneira, essa tendência também pode ser identificada no Brasil, sobretudo no início da atual década. Entre alguns exemplos de pesquisas geográficas brasileiras correspondentes, mencionamos duas publicações organizadas por Lana Cavalcanti

(2011a; 2011b) e a dissertação de mestrado de um dos autores deste artigo (GOMES, 2013).

A terceira tendência se refere ao fenômeno que associa mobilidade à educação e é objeto de reflexão de um arco bem amplo de estudos britânicos e de Singapura, assim como sistematiza Waters (2018). A autora, aliás, identifica não apenas um, mas dois grupos que se unem em torno de um tema geral (a mobilidade), mas se diferenciam em relação à natureza mais específica do fenômeno e os seus desdobramentos.

Um primeiro grupo traduz-se num conjunto de pesquisas atentas ao papel da mobilidade no processo de construção identitária de estudantes. Escritos desde os anos 2000, esses estudos destacam o impacto que os fluxos de sujeitos e instituições exercem sobre a identidade de estudantes em diversas partes do mundo. A dimensão espacial dessas pesquisas, assim como de todas as demais desse grupo, se situa nas interações espaciais de redes educacionais e não em experiências *lugarizadas* e pouco conectadas. O exemplo suíço de Barbara Bitzi e Sara Landolt (2017), por exemplo, expõe o papel exercido pelo sistema educacional local sobre o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento estudantil. Um outro interessante texto, este de Waters e Leung (2017), trata dos efeitos de um tipo específico de modelo educacional transnacional em Hong Kong. As autoras destacam o papel positivo que as instituições de ensino superior britânicas exercem sobre os discursos de valorização e autoavaliação de jovens *hongkongers*, especialmente em relação às narrativas sobre o fracasso.

As mobilidades estudantis consistem num segundo grupo de pesquisas. Sejam as menores escalas (casa-escola) às maiores distâncias, a mobilidade dos estudantes é um tema particularmente crescente entre os geógrafos europeus, que as relacionam diretamente ao acesso de oportunidades educacionais. Há pesquisas que examinam a migração internacional de estudantes de nível superior em busca de universidades mais bem colocadas em rankings mundiais (JÖNS e HOYLER, 2013) ou estudos que

descrevem as estratégias de indivíduos e famílias a fim de acessar oportunidades educacionais “superiores”, com vistas a melhores futuros (FINDLAY et al., 2012; HUANG e YEOH, 2005). Outras pesquisas do tipo mostram a mobilidade de maneira mais positiva, colocando em relevo o seu papel na circulação e na criação de redes transnacionais de conhecimento (JÖNS, 2009; RAGHURAM, 2013).

De uma forma geral, essa tendência parece destoar completamente de qualquer tipo brasileiro de pesquisas geográficas em educação. Não há registros em nosso levantamento sobre trabalhos correlatos, ao menos na área da Geografia.

Prosseguindo com a análise da produção anglófona, identificamos a quarta tendência como aquela que reúne trabalhos reconhecidos como Geografias críticas da educação. Há, particularmente na década de 2010, um movimento crescente de pesquisas que se propõem a promover uma tendência crítica nos estudos em GdE. Ancorados epistemologicamente na teoria social crítica, os trabalhos em questão parecem convergir em caminhos parecidos: destacar as implicações das políticas educacionais neoliberais sobre aqueles que dependem dos sistemas de educação gratuitos e públicos. Falamos de pesquisas que sinalizam a existência de certos padrões relacionados ao conjunto de reformas educacionais dos últimos trinta anos, seja em uma realidade britânica, norte-americana ou de Singapura. Mesmo o verbete referente à GdE do *Dictionary of Human Geography* (GREGORY et al., 2009, p.186-187) pontua algo similar ao também associar a adoção do neoliberalismo a uma série de novas práticas espaciais relativas à educação. Porém, ainda que os estudos confluem direções semelhantes, os questionamentos que os constroem são absolutamente diversos. Ilustrativamente, podemos mencionar alguns.

As estratégias espaciais desenvolvidas por famílias que objetivam contornar as desvantagens educacionais são, por exemplo, objeto de reflexão de Cindi Katz (2017). A autora examina o estresse “diferenciado” que as novas questões educacionais trazem aos jovens e suas famílias, a

depender do corte de classe. Katharyne Michell é uma outra geógrafa da educação interessada há algum tempo nesse tipo de abordagem. Em dois diferentes estudos (MITCHELL, 2006, 2017), ela examina as influências dos novos atores, práticas e políticas neoliberais sobre a educação pública na União Europeia. Segundo a britânica, a mesma globalização que transforma a organização da sociedade tem impactos na sala de aula, seja pela estética narrativa - que parece cada vez mais enfatizar a flexibilidade e o empreendedorismo estratégico global -, ou em uma reorientação do próprio ideário de escola, agora menos interessada na formação humana e mais atenta à formação de um trabalhador internacionalmente móvel e flexível.

Uma última e muito recente publicação de título bastante sugestivo representa um outro exemplo bastante contundente. *“Desterritorializando/Reterritorializando: a crítica geográfica da reforma educacional”* (tradução nossa) consiste em um volume organizado por Ares, Buendía e Helfenbein (2017) composto por um total de doze artigos. Escrito por um conjunto bastante variado de pesquisadores, os textos se avizinham em torno de uma mesma preocupação: examinar o papel desempenhado pelo espaço social nas reformas educacionais. Quer dizer, assim como preconiza a “nova tradição” crítica, quase todas as pesquisas inseridas no livro se situam nos desdobramentos de políticas neoliberais atuais sobre os sistemas de ensino, que, de maneira geral, tendem a deslocar as responsabilidades estatais associadas ao bem-estar (social e econômico) a entidades locais. A ampliação das políticas de privatização da educação (por meio das escolas *charter* e da incursão de organizações privadas na gestão de escolas públicas) e as disputas escalares entre estados, cidades e os conselhos escolares, que recebem mais responsabilidade e poder na determinação do conteúdo e dos padrões curriculares, são objetos de análise de um livro dedicado a realizar uma abordagem geográfica exclusivamente crítica sobre a educação escolar. Há também, nesse volume, desde reflexões



epistemológicas sobre o papel do pensamento crítico à GdE (HELFNBEIN e BUENDÍA, 2017) a boas análises sobre alguns movimentos reivindicatórios relativos à educação.

Há uma sorte bem grande de outros estudos que estabelecem críticas explícitas às políticas educacionais neoliberais ou por meio de descrições de iniciativas bem particulares, como o exemplo de Olds (2007), ou por análises de iniciativas muito amplas, como, por exemplo, as políticas nacionais que estimulam a abertura ao capital estrangeiro por parte dos sistemas de ensino locais. De todo modo, queremos dizer, em meio aos exemplos, que ao largo de aproximadamente doze anos não foram poucas as pesquisas que seguiram nessa mesma direção “crítica”, o que faz dessa tendência aquela que melhor reflete o caminho mais sólido das pesquisas da GdE anglófona.

#### **EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO, AINDA QUE “LARGA”**

Em uma amostra de algumas dezenas de textos (artigos, capítulos de livros e livros), foi possível concluir algo que já parecia inequívoco: a **Geografia da Educação** consiste em um campo absolutamente extenso e diverso. Isso é dito, pois em vista da variedade de abordagens e de objetos torna-se particularmente inexecutável qualquer tipo de definição mais rigorosa sobre o que, de fato, o constitui. Por isso, podemos caminhar para uma definição que se não possui a excelência de ser tão precisa, consegue abarcar em boa medida os diversos tipos trabalhos existentes.

O ramo da Geografia da Educação relaciona-se a um conjunto de trabalhos dedicados ao estudo e à especulação sobre as causas e formas de entendimento do fenômeno da dispersão em relação às redes, lugares, objetos e ações educacionais. Dito de outra forma, trata-se a GdE de um campo da Geografia, em interface com a Educação, que tem por característica a reunião de temáticas aparentemente preocupadas em responder sobre os porquês que envolvem a localização de práticas, objetos e arranjos relativos

à educação, seja qual for a sua modalidade – formal ou não formal –, considerando os seus respectivos efeitos dentro da rede na qual esses elementos estão inseridos. Portanto, falamos tanto das espacialidades associadas ao ensino e à aprendizagem como de uma perspectiva mais ampla, que inclui a geograficidade dos processos organizacionais e institucionais com as quais a sociedade se baseia para prover educação a seus integrantes. Em outros dizeres, o campo pode abarcar tanto os estudos sobre as dinâmicas espaciais de uma escola, inclusive entendendo-a como um tipo peculiar de espaço, quanto outros que tratam da lógica de localização de unidades escolares dentro de uma rede pública de educação, por exemplo. Trata-se, então, de um campo abrangente que inclui um arco variável de pesquisas que se unem em torno de uma interrogação mais geral: questionar o papel da espacialidade nas questões educacionais (GOMES, 2020).

Entendemos, nesse sentido, que uma definição larga não expressa uma suposta fragilidade, mas é sim indicativa de um promissor universo de possibilidades investigativas. Ou melhor, ainda que sejam mais estabelecidas aquelas abordagens educacionais ancoradas em teorias psicológicas, sociológicas, antropológicas e historiográficas, há um horizonte alvissareiro em meio às interpretações geográficas de questões educacionais, não pela simples lacuna aí existente, mas pela potência de questionamentos que nos ajudam a escapar de casualidades comumente apontadas.

Observamos, contudo, que esse campo é, por vezes, confundido com uma questão. Butler e Hamnet (2007) atentam para a centralidade que a temática educacional vem exercendo no debate público e político britânico desde os anos 2000. A educação, como mencionam os geógrafos, é um vetor político para uma maior integração e mobilidade social, atuando, portanto, como um poderoso meio para redução da exclusão social. A dispersão das possibilidades angariada pela educação formal escolar e a acessibilidade

espacial diferenciada a esse serviço básico são, grosso modo, o que os geógrafos entendem por uma “geografia da educação”, que é lida não enquanto um campo de estudos, mas como uma questão política, ou, no limite, como um potencial objeto de análise.

É evidente que esse tipo de interpretação possa se situar como mais uma acepção associada a um termo, que é, de fato, polissêmico. No entanto, o que queremos sinalizar é que em vista da repetição do mesmo tipo de compreensão (especialmente entre os britânicos), parece claro que o que se reconhece como um campo, tantas vezes se “traveste” em um conjunto de questões quase sempre associado às implicações espaciais das políticas educacionais. Quer dizer, quando muitos geógrafos britânicos se referem ao termo fazem referência não apenas a um campo, mas sim a um conjunto específico de problemas que parece ter ganhado maiores contornos na Grã-Bretanha nas últimas três décadas. Um bom exemplo está no *The Dictionary of Human Geography* (GREGORY et al., 2009), onde o termo Geografia da Educação é atribuído, simultaneamente, aos fenômenos espaciais relativos às políticas educacionais e a um campo que possui um conjunto de trabalhos que tendem a destacar “as inúmeras variáveis espaciais que envolvem a oferta, qualidade e resultados educacionais” (p.186-187). Ou seja: quando lido enquanto um fenômeno, o termo alude às razões geográficas responsáveis pelas variações dos resultados educacionais; e quando interpretado enquanto um campo, faz relação direta a uma tendência de pesquisas relativas às políticas educacionais.

Outra discussão bastante relevante diz respeito à natureza da relação entre Geografia e Educação. Deve a Geografia da Educação ser vista como uma interface entre ambas as áreas ou devemos considerá-la como uma contribuição estritamente geográfica? Foi Taylor (2011) quem fez a mais importante consideração sobre esse questionamento. Segundo o geógrafo britânico, as relações das disciplinas com o campo educacional quase sempre se resumiram a uma

forma autocentrada, onde aquele que pesquisa se interessa em contribuir ao campo, sem que para isso faça referência ao acúmulo de conhecimento produzido pelos estudos educacionais. Quer dizer, uma atitude contributiva permeou relações que, em verdade, nunca foram tão horizontais. Por exemplo, não é incomum perceber em muitas pesquisas o simples empréstimo de sentenças conceituais pouco densas, como “geografias da escola”, “a escola como lugar” etc. ou mesmo na cessão de ideias geográficas, mesmo que bem trabalhadas. Para o autor, o melhor caminho é desenvolver (especialmente se falamos de um “campo jovem”, sem muitos “vícios de origem”) uma atitude isonômica, em que se considere todo o referencial teórico, metodológico e conceitual produzido pelo campo educacional. Uma atitude contributiva pode (e deve) ser substituída por um tipo de interação onde os geógrafos da educação busquem também assimilar e reconhecer uma série de ideias pertinentes ao campo da Educação. É natural que as mais relevantes contribuições geográficas à GdE devam exigir verdadeiras habilidades geográficas do pesquisador, mas o que se quer dizer é que ao se reconhecer a sua interdisciplinaridade, é notória a necessidade de, então, praticá-la (TAYLOR, 2011).

Como se vê, são muitas as reflexões necessárias para um maior entendimento sobre o que se entende, de fato, por Geografia da Educação. Como nosso propósito neste texto é abrir possibilidades de análise, consideramos pertinente o levantamento das dúvidas, questionamentos e discussões apontadas com o intuito de que mais debates sejam promovidos, principalmente com base em pesquisas já realizadas ou que se encontram em andamento. Com isso, propomos que, a partir da prática investigativa, possamos melhor compreender o que tem sido feito para que futuros projetos de pesquisa possam contribuir para o aprofundamento e consolidação do campo, assim como para uma construção mais coletiva do que se pode identificar como Geografia da Educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À indagação que dá título a este artigo deve ser acrescentada uma série de outras questões que a complementam e a aprofundam. Temos clareza que as reflexões aqui iniciadas devem ser estendidas a outros trabalhos e servir de inspiração para que estudantes, pesquisadores e professores interessados na articulação entre a ciência geográfica e as ciências da educação possam mergulhar nesse universo e produzir estudos e pesquisas que nos conduzam a outras reflexões e problematizações. Como um campo de sistematização recente no Brasil, a Geografia da Educação merece ser mais bem compreendida e analisada. Para tanto, defendemos que esse processo deve ser realizado tendo como ponto de partida os trabalhos já desenvolvidos e que não necessariamente se identificam ou se localizam como pertencentes ao campo.

Mais do que reproduzir temas de pesquisas desenvolvidas em outros contextos nacionais, nossa pretensão com esse texto é compreender de que forma a Geografia brasileira, com toda sua tradição teórica e empírica, pode e tem dialogado com a pesquisa em Educação, também possuidora de larga tradição acadêmica no país. Situa-se aí, na verdade, uma grande preocupação com os rumos da educação brasileira e uma forte crença de que a produção científica, enriquecida com outras visões e abordagens, tem muito a contribuir para a superação de históricos dilemas e imensos desafios.

É nessa direção que vai o esforço empreendido em leituras e análises das produções realizadas em outros países, principalmente naqueles que demonstram possuir alguma tradição e certa consolidação do que chamamos aqui de Geografia da Educação. Acreditamos que entender os pontos de partida e as questões que circundam a análise geográfica de fenômenos educacionais em outros contextos pode fazer com que enxerguemos traços nossos que não conseguíamos perceber. Dessa forma, o movimento dialético de vermos o outro para

melhor nos compreendermos se traduz em mais um sentido do que aqui apresentamos.

Como já dito, também é nosso propósito instigar mais e outras questões e indagações a partir da sistematização feita. Nós mesmos nos fizemos novas perguntas a partir do que lemos. Desde questões mais abrangentes até pontos específicos relacionados a procedimentos e instrumentos metodológicos, destacamos algumas que merecem maior aprofundamento e um olhar mais atento em estudos e pesquisas que se identificam com a GdE: quais as principais contribuições do campo, afinal, para se pensar a educação e a geografia brasileiras? Para qual educação? Para qual geografia? Com que perspectivas teóricas? Que reflexões são necessárias no que concerne a metodologias de pesquisa?

Assim, se iniciamos o texto como uma pergunta-título, o encerramos com outras tantas como um convite a todas e todos que desejam se debruçar na tarefa de continuar construindo, a partir de suas curiosidades epistemológicas e empíricas, um campo que, a nosso ver, pode estar em ascensão no Brasil (ou, ao menos, sendo reconhecido como tal). A leitura do conjunto de artigos presentes nesse dossiê pode ser um bom começo, ainda que possivelmente pouco representativo diante de muitos outros trabalhos já realizados ou em curso, para aprofundarmos essas e outras questões vindouras. É nisso que apostamos e é com isso que contamos daqui para a frente.

## NOTAS

<sup>1</sup> Utilizamos o termo “campo” de forma abrangente e sem nos atermos, por ora, ao aprofundamento de seu significado. Sabemos do desafio e da necessidade de enfrentarmos esse debate até mesmo para nos certificarmos do uso do termo como forma de designar a Geografia da Educação, mas optamos por não fazê-lo agora. A partir do conceito de campo desenvolvido por Bourdieu (2004) e de autores brasileiros que o tomam como suporte (FERREIRA e OLIVEIRA, 2015; PEREIRA, 2015; MARQUES, 2019), pretendemos desenvolver e aprofundar tal reflexão em futuros trabalhos.

<sup>2</sup> Em sua posição como diretor do “Centro de Estudos sobre Educação Internacional e Comparada” da Universidade de Oxford, o geógrafo britânico desenvolveu trabalhos com um conjunto de pesquisadores brasileiros, o que resultou em uma publicação organizada pelo próprio, em 2005. Editado em língua portuguesa, o livro “Os desafios

da educação no Brasil” (BROCK e SCHWARTZMAN, 2005) objetivou mapear os diferentes aspectos e problemas do ensino no Brasil na virada do século. Esta é uma publicação representativa da abordagem (técnica e acadêmica) empreendida pelo pesquisador britânico durante parte importante de sua trajetória.

<sup>3</sup> “Geografia dos sistemas educacionais” e “geografias da educação não formal e informal” foram alguns dos temas sugeridos pelo britânico, que concomitante à sua última publicação, organizou, junto com geógrafa da Malásia, Lorraine Pe Symaco, o livro “*Space, place and scale in the study of education*” (BROCK e SYMACO, 2016), um volume formado por um conjunto de textos de autores de diferentes nacionalidades que se dedicam há algum tempo ao campo da GdE.

<sup>4</sup> O termo Geografia da Infância é, em língua inglesa, comumente utilizado no plural, tanto por serem múltiplos os espaços associados à ela quanto pela premissa de que não há apenas uma infância: são, de fato, algumas diferentes fases de desenvolvimento que se associam à ideia de infância (DISNEY, 2018).

<sup>5</sup> A consideração sobre as crianças enquanto agentes sociais relevantes se tornou um tema acadêmico caro somente a partir da década de 1990 (DISNEY, 2018; LOPES, 2008; LOPES, 2013).

<sup>6</sup> O lar, a rua e, enfim, a escola compreendem o universo geográfico das crianças, um conjunto de espaços que influenciam as suas construções sociais, seja em suas relações topofílicas ou topofóbicas (DISNEY, 2018).

## REFERÊNCIAS

- ARES, Nancy; BUENDÍA, Edward; HELFENBEIN, Robert. **Deterritorializing / Reterritorializing: Critical Geography of Education Reform**. Rotterdam / Boston / Taipei: Sense Publishers, 2017.
- BARROS, Fábio Rodrigues; BERBAT, Marcio da Costa; SILVA, Pablo Jordão. Caminhos investigativos sobre os territórios da infância. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 1, p. 131-153, 2015.
- BITZI, Barbara, LANDOLT, Sara. Unaccompanied minor asylum seekers – processes of subject formation and feelings of belonging in the context of educational experiences in Switzerland. **Geographica Helvetica**, v. 72, n. 2, p. 217–226, 2017.
- BONDI, Liz; MATTHEWS, Michael Hugh. **Education and Society: Studies in the Politics, Sociology and Geography of Education**. Londres / Nova Iorque: Routledge, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- BROCK, Colin. **Geography of Education, space and location in the study of education**. Londres: Bloomsbury Academic, 2016.
- BROCK, Colin. **The case for a geography of education**. Thesis (Ph.D.)–University of Hull, Kingston upon Hull, 1992.
- BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simond. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BROCK, Colin; SYMACO, Lorraine. **Space, place and scale in the study of education**. New York: Routledge, 2016.
- BROOKS, Rachel, BYFORD, Kate, SELA, Katherine. The Changing Role of Students Unions within Contemporary Higher Education. **Journal of Education Policy**, v. 30, n. 2. p. 165–181, 2005.

- BUTLER, Tim; HAMNETT, Chris. The Geography of Education: Introduction. **Urban Studies**, v. 44, n. 7, p. 1161–1174, jun. 2007.
- CARVALHO, Lorena Julieta. **Crianças e criações**: espacialidades e tecnologias em movimento. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2016.
- CAVALCANTI, Lana de S. O lugar como espacialidade na formação do professor de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 1, p. 1-18, 2011a.
- \_\_\_\_\_. ; MORAIS, E. M. B. de **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia: Vieira, 2011b. p. 13-30.
- COLLINS, Francis L.; KONG, Chong Ho. Globalising Higher Education and Cities in Asia and the Pacific. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 55, n. 2, p. 127–131, 2014.
- COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. **Crianças e suas geografias**: processos de interação no meio técnico-científico-informacional. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- DISNEY, Tom. Geographies of Children and Childhood. In: **Oxford Bibliographies**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- FERREIRA, Vanessa do R.; OLIVEIRA, Amurabi P. O ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 37, n. 1, p. 31-39, jan./jun. 2015.
- FINDLAY, Allan; RUSSEL KING, Alexandra Stam; RUIZ-GELICES, Enric. Ever Reluctant Europeans: The Changing Geographies of UK Students Studying and Working Abroad. **European Urban and Regional Studies**, 13.4, p.291-318, 2006.
- GIROTTI, Eduardo Donizetti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Revista Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, 2016.
- \_\_\_\_\_. A geografia da e na escola: construindo novas agendas de pesquisa e de lutas. **Revista Estudos Geográficos**, v. 16, n. 2, p. 156-175, 2018.
- GOMES, Marcus Vinicius S. **Para além dos muros da escola**: caminhos para compreensão da educação na cidade. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Geografias da Educação**: em defesa de um subcampo e pela construção de um outro olhar para a educação escolar. 205 f. Exame de Qualificação (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.
- GREGORY, Derek (et al.). **The Dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell, 2009.
- HATO, Julio Takahiro. **Geografia da Educação**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HOLTON, Mark. The Geographies of UK University Halls of Residence: Examining Students' Embodiment of Social Capital. **Children's Geographies**, v. 14, n. 1, p. 63-76, 2016.
- HOPKINS, Peter. Towards Critical Geographies of the University Campus: Understanding the Contested Experiences of Muslim Students. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 36, n. 1, p. 157–169, 2011.
- HUANG, Shirlena; YEOH, Brenda S.A. Transnational Families and Their Children's Education: China's 'Study Mothers' in Singapore". **Global Networks**, v. 5, n. 4, p. 379-400, 2005.

- JÖNS, Heike. 'Brain Circulation' and transnational knowledge networks: studying long term effects of academic mobility to Germany, 1954–2000. **Global Networks**, v. 9, n. 3, p. 315–338, 2009.
- JÖNS, Heike; HOYLER, Michael. Global Geographies of Higher Education: the perspective of World University Rankings. **Geoforum**, v. 46, p. 45–59, may 2013.
- KATZ, Cindi. The Angel of Geography: Superman, Tiger Mother, Aspiration Management, and the Child as Waste. **Progress in Human Geography**, may 2017.
- KRAFTL, Peter. Ecological architecture as performed art: Nant-y-Cwm Steiner School, Pembrokeshire. **Social & Cultural Geography**, v. 7, n. 6, p. 927–948, 2006.
- \_\_\_\_\_. Towards geographies of 'alternative' education: a case study of UK home schooling families. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 38, n. 3, p. 436-450, 2013.
- LAWN, Martin; FURLONG, Johan. **The disciplines of education: their role in the future of education research**. London/New York: Routledge, 2011.
- LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das crianças, Geografia das infâncias: as contribuições da geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 65-82, 2008.
- \_\_\_\_\_. Geografia da infância: Contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, 2013.
- LOPES, Jader Janer Moreira; FICHTNER, Bernd. O espaço da vida da criança: contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. **Revista de Educação Pública**, v. 26, n. 63, p.755-774, 2017.
- LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELOS, Tânia. Geografia da infância: Territorialidades infantis. **Currículo sem fronteiras**. v. 6, n. 1, p. 103-127, 2006.
- MARQUES, Roberto. **A escola numa perspectiva espacial**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- \_\_\_\_\_. Os usos sociais do ensino de Geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 15, n. 28, p. 175-195, set./dez. 2019.
- McFARLANE, C. The city as a machine for learning. **Transactions of RGE Institute of British Geographers**, Royal Geographical Society, n. 36, p. 360- 376, 2011.
- MITCHELL, Katharyne. Neoliberal governmentality in the European Union: education, training, and technologies of citizenship. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 24, n. 3, p. 389–407, 2006.
- OLDS, Kris. Global Assemblage: Singapore, Foreign Universities, and the construction of a 'Global Education Hub'. **World Development**, v. 35, n. 6, p. 959–975, 2007.
- PANUTTO, Stéphanie Rodrigues; STRAFORINI, Rafael. Microterritórios em escolas públicas: (entre) discursos de alienação e subversão de jovens escolares. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 3, p. 397-416, 2014.
- PEREIRA, Elaine Aparecida T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337-356, set./dez. 2015.
- PHILLIPS, Richard. Space for curiosity. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 493-512, 2014.

RAGHURAM, Parvati. Theorising the Spaces of Student Migration. **Population, Space and Place**, v. 19, n. 2, p.138–154, mar./apr. 2013.

RIBLER, Georg, BOSSEN, Andrea and BLASSE, Nina. School as space: spatial alterations, teaching, social motives, and practices. **Studia paedagogica**, v. 19, n. 4, 2014.

ROSA, Isaac Gabriel G. F. **A Formação continuada de professores de geografia e o uso de geotecnologias**: o caso do projeto “escolas do amanhã” da rede municipal de educação do Rio de Janeiro/RJ. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia)-PPGG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SERRA, Enio; VENTURA, Jaqueline; ALVARENGA, Marcia; REGUERA, Emilio. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro. **Revista Crítica Educativa**, v. 3, n. 3, p. 25-41, 2017.

SILVA, Alexander Batista e. **A geografia do espaço escolar**: jovem-aluno, práticas espaciais e aprendizagem geográfica. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

TAYLOR, Chris. Towards a geography of education. special issue: the disciplines of education in the UK: confronting the crisis. In: LAWN, Martin; FURLONG, Johan. **The disciplines of education**: their role in the future of education research. London/New York: Routledge, 2011.

WATERS, Johanna L.; LEUNG, Maggi W. H. Domesticating transnational education: discourses of social value, self-worth and the institutionalisation of failure in ‘meritocratic’ Hong Kong. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 42, n. 2, p. 233–245, 2017.